



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004951-83.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cautelar Inominada - Medida Cautelar**
 Requerente: **Gabriel Pereira Perez**
 Requerido: **CIAF Centro Integrado de Apoio Financeiro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

O autor Gabriel Pereira Perez propôs a presente ação cautelar contra a ré CIAF – Centro Integrado de Apoio Financeiro, pedindo que seja esta compelida a exhibir em juízo os comprovantes de rendimentos líquidos de Wagner José Perez, desde 01/03/2005, a fim de aparelhar futura ação de execução de alimentos.

Manifestação do Ministério Público às folhas 13.

Decisão de folhas 24 declarou que o CIAF é mero órgão público, não se tratando de pessoa jurídica e que a ação deveria ter sido movida contra a Fazenda Estadual. Todavia, a fim de não causar prejuízos ao autor, determinou a expedição de ofício ao referido órgão para que encaminhasse os holerites do alimentante desde 01/03/2005 até o último pagamento.

Os holerites foram encaminhados pelo CIAF e encartados às folhas 31/95.

Instado a se manifestar sobre os documentos às folhas 98, o autor manteve-se inerte.

Relatei. Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A presente ação cautelar tem caráter satisfativo, na medida em que a pretensão inicial se exauriu com a exibição dos documentos pretendidos pelo autor (RT 611/76, RJTJESP 96/280, RJTJERGS 177/360 e JTA 41/67).

Conforme decisão de folhas 24, a ação não foi dirigida contra a pessoa jurídica Fazenda do Estado de São Paulo.

Porém, a fim de evitar prejuízos ao autor, determinou-se a expedição de ofício para exibição dos holerites, que foram colacionados pelo referido órgão.

Assim, não há que se falar em condenação em honorários sucumbenciais.

Pelo exposto, acolho o pedido, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Diante da especialidade do caso e da exibição dos documentos, não há que se falar em condenação em honorários advocatícios.

Custas pelo autor, observando-se os benefícios da justiça gratuita.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 03 de junho de 2015.

Juiz Daniel Felipe Scherer Borborema

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**